
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM ("Instituto" ou "IPAM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 02 de julho de 2020

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Contadores Públicos Ltda.
CRC 2SP023173/O-4

MarcosMagnussondeCarvalho
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo e patrimônio social	Notas	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.201.630	825.993	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.786.977	1.684.691
Recursos vinculados a projetos	5	9.478.564	3.802.134	Obrigações tributárias		161.317	183.646
Adiantamentos a projetos	6	1.660.489	972.595	Obrigações com fornecedores		432.100	228.463
Tributos/encargos a recuperar	7	225.239	146	Receita a realizar	11 e 12	10.296.046	4.308.562
Adiantamentos concedidos	8	69.910	86.452				
Outros créditos		-	2.609				
Total do ativo circulante		12.635.832	5.689.929	Total do passivo circulante		12.676.440	6.405.362
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	9	200.638	212.465	Provisão p/ contingências	13	-	86.222
Total do ativo não circulante		200.638	212.465	Total do passivo não circulante		-	86.222
Total do ativo		12.836.470	5.902.394	Patrimônio social			
				Patrimônio social	15	(589.190)	(156.276)
				Superávit/déficit do exercício		749.220	(432.914)
						160.030	(589.190)
				Total do passivo e do patrimônio social		12.836.470	5.902.394

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>Notas</u>	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		1.734.817	1.809.622
Taxa de administração/agências financeiradoras	16	1.709.717	1.809.622
Doações individuais		25.100	-
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.034.319)	(2.227.872)
Salários e encargos sociais	17	(1.068.557)	(1.030.019)
Consultorias e serviços	18	(177.078)	(296.527)
Despesas com viagens		(153.692)	(312.661)
Despesas com utilidades e aluguéis	19	(137.269)	(572.614)
Depreciação e amortização		(37.545)	(27.994)
Despesas gerais	20	(328.933)	(338.954)
Provisão para encerramento de projetos	21	(30.180)	(46.429)
Ganhos com encerramento contratos	21	1.028.748	505.808
Outras receitas/despesas operacionais		(129.813)	(108.481)
DESPESAS (RECEITAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS		48.721	(14.664)
Receitas financeiras		118.238	59.970
Despesas financeiras		(69.517)	(74.635)
SUPERAVIT/DÉFICIT DAS OPERAÇÕES PRÓPRIAS		749.220	(432.914)
RESULTADOS DE OPERAÇÕES EM PARCERIAS			
Receitas de Projetos		18.312.653	18.738.732
CUSTOS DOS PROJETOS		(18.312.653)	(18.738.732)
Salários e encargos sociais		(9.610.027)	(10.012.704)
Consultorias e serviços		(2.549.738)	(2.002.214)
Despesas com viagens		(2.155.420)	(2.239.975)
Parcerias Técnicas		(1.507.940)	(3.439.160)
Provisão de Baixa de Ativos de Projetos		(1.414.880)	(213.138)
Outros custos dos projetos		(1.074.648)	(831.541)
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		749.220	(432.914)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2019	2018
Superávit/déficit do Exercício	749.220	(432.914)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	749.220	(432.914)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.015.822	(1.172.098)	(156.276)
Alocação do déficit acumulado	(1.172.098)	1.172.098	-
Déficit do exercício	-	(432.914)	(432.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(156.276)	(432.914)	(589.190)
Alocação do déficit acumulado	(432.914)	432.914	-
Superávit do exercício		749.220	749.220
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(589.190)	749.220	160.030

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>Notas</u>	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		375.636	65.816
Superávit/déficit do exercício		749.220	(432.914)
Ajustes de:			
Depreciação	9	37.545	27.994
Ganhos/perdas término de contrato		(998.567)	(459.378)
Provisão de contingência	13	(86.222)	86.222
(Aumento) redução nos ativos			
Recursos Vinculados a projetos		(5.676.430)	2.036.906
Adiantamentos de Projetos		(687.894)	-
Tributos/encargos a recuperar		(225.093)	
Adiantamentos Concedidos		16.542	48.647
Outros Créditos		2.608	6.795
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações Sociais e Trabalhistas		100.969	158.806
Obrigações Fiscais e Tributárias		(21.010)	23.999
Obrigações com Fornecedores		165.454	(25.262)
Contratos a Executar		6.986.051	(1.273.535)
Outras Obrigações a Pagar		38.380	-
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais		401.553	198.281
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Imobilizado	9	(1.457.764)	(259.382)
Baixa de Imobilizado	9	1.431.847	126.916
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(25.917)	(132.465)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalente de caixa		375.636	65.815
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	825.993	760.178
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	1.201.630	825.993

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

1. Contexto operacional

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM (“Instituto” ou “IPAM”) é um Instituto de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 1995 com a missão de contribuir para um processo de desenvolvimento da Amazônia que atenda às aspirações sociais e econômicas da população, ao mesmo tempo em que preserva as funções ecológicas dos ecossistemas da região. As atividades desenvolvidas no IPAM estão estruturadas em 4 eixos estratégicos:

Governança Socioambiental – Fortalecer a criação e implementação de políticas públicas, coletivos e instituições que apoiem a melhoria da gestão e uso sustentável dos recursos naturais.

Incentivos Econômicos para a Sustentabilidade – Promover iniciativas de financiamento e mecanismos de mercado para fortalecer a governança socioambiental e a produção sustentável.

Fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis – Apoiar a produção rural que otimize o uso do solo, conserve a integridade dos recursos naturais e promova segurança alimentar e renda.

Vulnerabilidade e adaptação socioambiental: Avaliar a vulnerabilidade e potencial de resiliência ambiental às mudanças climáticas e das políticas públicas para propor estratégias de mitigação e adaptação.

Operação Administrativa: A operação do IPAM processou mais de 6.500 solicitações (processos de pagamentos, solicitação de passagens, diárias, reembolsos, implementação de projetos, pedidos para Departamento Pessoal, passagens aéreas, etc.) para gerenciar os 79 projetos que tiveram execução no ano de 2019 (69 projetos em 2018).

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), notadamente a RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12 “ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros”, evidenciam todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Deliberativo, em 02 de julho de 2020.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção do CPC 06 (R2) "Operações de arrendamento mercantil", conforme descrito na Nota 3.20, que não apresentou impactos relevantes para o Instituto.

A adoção inicial em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47- Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros conforme descrito abaixo, não apresentou impactos relevantes. A aplicação do CPC 47 a partir de 2018 traz os princípios que a Entidade aplicará cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Não foram identificados efeitos da adoção retrospectiva com efeito cumulativo do CPC 47 em 2018.

O efeito prático da aplicação do CPC 48 em 2018, refere-se principalmente a: (i) substituição do modelo de mensuração de provisão para devedores duvidosos de "perda incorrida" para o modelo prospectivo de "perda de crédito esperada" e; (ii) alteração da classificação e mensuração dos ativos financeiros. A classificação contém agora três principais categorias para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, as quais passaram a ser baseadas no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

3.1. Regime de escrituração contábil

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e as despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o prazo de um ano contados a partir de 31 de dezembro de 2019, foram classificados como circulantes e os valores com prazos superiores a um ano, foram classificados como não circulantes.

3.2. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Instituto pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

3.3. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente a valor justo na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente a valor justo na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.4. Ajuste a valor presente

De acordo com a NBC TG 12 – Ajuste a valor presente, o Instituto analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e passíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto, não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significante de mudanças de valor. São avaliadas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.6. Recursos vinculados a projetos

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujos valores estão separados em contas por projeto e sua alocação está diretamente ligada ao projeto ao qual se refere.

3.7. Adiantamento a Projetos

Nessa rubrica são registrados os montantes a receber dos financiadores decorrentes de projetos parcialmente ou totalmente executados, que serão resarcidos após a prestação de contas. Ao final de cada projeto, é realizada uma avaliação do risco existente de recebimento do saldo e, se for constatado que o valor não será resarcido, a perda é registrada no resultado na conta “Perdas com Encerramento de Contrato”.

3.8. Contratos a receber

O Instituto registra todos os contratos firmados com os financiadores, acompanhando os valores efetivamente recebidos e os saldos a receber de cada projeto. Até o exercício de 2018 os saldos de projetos

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

executados e ainda não recebidos eram registrados nessa rubrica. A partir de 2019 passaram a ser registrados na rubrica “Adiantamento a Projetos”. Esse grupo de contas é utilizado somente para acompanhamento de contratos efetivados e saldos de contratos a receber não tendo efeito nas demonstrações patrimoniais.

3.9. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como "Bens com restrição de uso".

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora no ativo imobilizado é registrada em contrapartida à uma conta de provisão de perda no resultado, reconhecendo a execução do projeto.

Ao final do projeto, em geral, o valor residual do bem é reconhecido como receita de doações e transferido para a propriedade do Instituto e, consequentemente, registrado como imobilizado sem restrição. Essa política é aplicada quando não há previsão contratual de doação dos bens a terceiros.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil residual do imobilizado, e são reconhecidos em conta de resultado de Perdas ou de Ganhos na Alienação de Imobilizado, conforme o resultado apurado.

(b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil residual do componente que tenha sido reposto por outro é reconhecido no resultado do período. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.10. Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável ou amortizável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação e amortização de bens do Instituto (bens sem restrição) são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação e amortização de bens destinados exclusivamente para a execução de projetos (bens com restrição de uso) são contabilizadas em contas retificadoras do imobilizado e do intangível. A depreciação e amortização são realizadas pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente estão apresentadas na Nota 9

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.11. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

3.12. Receitas a Realizar

Nessa rubrica são registradas as obrigações com os financiadores, decorrentes de recursos financeiros recebidos pelo Instituto e ainda não aplicados na execução dos projetos. A medida que os projetos são executados as receitas são reconhecidas no resultado. Os saldos positivos de projetos encerrados, que não possuem cláusula de devolução ao financiador, são baixados como ganhos no resultado na conta “Ganhos com Encerramento de Contratos”.

3.13. Contratos a executar

O Instituto registra todos os contratos firmados com os financiadores, acompanhando os valores contratados, efetivamente executados e os saldos a executar de cada projeto. Esse grupo de contas é utilizado somente para acompanhamento contratos efetivados, da execução e saldos de contratos a executar não tendo efeito nas demonstrações patrimoniais.

3.14. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado. Se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e quando é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, é feito o registro da provisão

3.16. Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial, por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizadas com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.17. Taxa Administrativa

A Taxa Administrativa é um percentual do custo direto do projeto definido em contrato que garante a operação do departamento administrativo do IPAM. O reconhecimento da taxa administrativa acontece na proporção de 25% no início do projeto, sendo que nessa fase a maior parte das despesas administrativas para a concretização dos acordos é incorrida, e os demais 75% são reconhecidos conforme a execução do projeto – conforme custo incorrido (execução financeira) do projeto.

3.18. Isenções e Benefícios Fiscais do IPAM

O IPAM por ser uma entidade científica sem fins lucrativos goza de isenções e benefícios fiscais tais como:

- Imposto de Renda
- Contribuição Social Sobre o Lucro
- COFINS sobre as receitas próprias
- ISSQN sobre as receitas próprias

3.19. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, conforme as Práticas Contábeis adotadas no Brasil. A partir de 2018 o IPAM adotou as recomendações do ITG 2002, do Conselho Federal de Contabilidade, que determina a apropriação das despesas e receitas de projetos no resultado.

3.20. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Arrendamento Mercantil

- CPC 06 (R2) "Operações de arrendamento mercantil" entrou em vigor em 01º de janeiro de 2019 e estabelece que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O Instituto realizou a avaliação dos seus contratos e não identificou impactos materiais decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

4. Caixa e equivalente de caixa

Representam as disponibilidades do Instituto, composto por:

	2019	2018
Fundo Fixo	10.592	-
Bancos	558.342	825.993
Aplicação financeira	632.696	-
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>1.201.630</u>	<u>825.993</u>

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras em carteira no exercício são realizadas em títulos de renda fixa os quais detém remuneração vinculada à variação de 94 a 100% do CDI, dependendo do banco.

Em 2019 o Instituto recebeu recursos no final do exercício que ficaram em conta corrente, sendo aplicado somente no início do exercício de 2020.

5. Recursos vinculados a projetos

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais. Há hipóteses em que contratualmente o rendimento deve ser aplicado nas atividades do projeto e em outras o rendimento é revertido como receita administrativa do IPAM.

	2019	2018
Bancos	2.405.988	981.859
Aplicação financeira	7.072.576	2.820.275
Total	9.478.564	3.802.134

As aplicações financeiras em carteira no exercício são realizadas em títulos de renda fixa os quais detém remuneração vinculada à variação de 94 a 100% do CDI, dependendo do banco.

6. Adiantamentos a projetos

Composto por valores a receber referentes a contratos já executados, e que os recursos dos doadores serão repassados ao Instituto após a prestação de contas.

Descrição do projeto	2019	2018
INCRA ATER SR-30	326.453	326.453
ECOMETRICA FORESTS 2020	309.787	91.978
GITEC KFW CAR	216.362	-
PNUD GCF ESTADOS	204.269	159.787
WHRC INFIEWS ANO 2/3	109.948	121.549
GIZ ECO MERCADOS VERDES	109.330	-
CEPF -MAPEAMENTO DE COMUNIDADES INVISIVEIS	92.134	-
ELETRO NORTE NFS	57.343	116.741
EDF COP 2019	55.500	-
MFA CONSERV	41.264	-
OPAN TANGURO	31.726	-
CIAT PPA	25.486	-
ILD TAPAJOS 2	24.883	-
GIZ PCT MT	22.991	-
AVINA SEEG	7.200	7.200
MOORE TNC MAPBIOMAS	7.173	7.352
CDSA ACRE	6.436	-
EDF ACRE	2.762	-
MOORE PRO DESIGNAÇÃO	2.618	-
RFN: DA CRIA AO BIFE - ANO 2	2.445	-
ISA - ENCONTRO INDÍGENA	1.996	1.996
HUMANIZE COP	1.064	-
GIZ RONDÔNIA	993	-
PNUD BOLSA VERDE	185	-
SEMA FEF ACRE	141	141
INICIATIVA VERDE	-	58.341
NEXGENMAP	-	24.551
GIZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	-	21.710
NORAD EDF	-	17.622
ICV VALIDACAR	-	15.870
CLUA GRUPO GZ	-	868
CLUA Monitoramento MT_AM	-	436
	1.660.489	972.595

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

7. Tributos e encargos a recuperar

	2019	2018
PIS	4.755	146
COFINS	1.539	-
INSS	146.182	-
IRRF s/folha	72.763	-
	225.239	146

Inclui retenções e valores pagos a maior a serem compensados em 2020.

8. Adiantamentos concedidos a terceiros

	2019	2018
Adiantamentos a Funcionários (a)	42.603	26.597
Adiantamentos de Viagem (b)	5.556	6.076
Cartão Corporativo (c)	16.321	-
Adiantamento a Fornecedores (d)	5.430	53.779
	69.910	86.452

- (a) Adiantamentos a funcionários que dizem respeito às antecipações de férias, solicitadas por colaboradores para as férias de janeiro. Em 2019, houve um montante maior pois mais colaboradores solicitaram férias, proporcionalmente a 2018.
- (b) Adiantamento realizado pelo Instituto somente aos funcionários para arcar com despesas em viagens conforme necessidades, ficando este recurso passível de prestação de contas.
- (c) A utilização do cartão segue a mesma política dos adiantamentos concedidos para todos os funcionários. Cada cartão de crédito emitido é vinculado a um código de portador no financeiro, para controle dos pagamentos e prestação de contas dos valores utilizados. Em 2019, um usuário do cartão tinha um saldo a pagar ao IPAM de gastos do cartão não reembolsados. Tal situação é não-recorrente.
- (d) O adiantamento a fornecedores inclui pagamentos antecipados de despesas apropriadas em 2019 (bens em imobilização no valor de 23.600), além da reclassificação dos créditos referentes ao título de capitalização que servia de garantia ao contrato de aluguel do escritório de Brasília, que foi resgatado em janeiro de 2019 e representava 25.875 do saldo anterior.

9. Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição dos bens. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, levando em consideração o período de vida útil e econômica do bem conforme taxas abaixo.

Os grupos do ativo imobilizado são classificados conforme na nota 3.9 e tiveram as seguintes movimentações no ano:

Bens do IPAM – sem restrição de uso

Movimentação de custo	2018	Adições	Doação	Baixas	2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.310				1.310
Equipamentos de informática - IPAM	146.313	11.350		(46.565)	111.098
Máquinas e equip. eletrônicos - IPAM	128.179			(20.856)	110.382
Móveis e Utensílios - IPAM	77.272	3.059	13.516		(16)
					90.772

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens sem restrição de uso

Movimentação de custo	2018	Adições	Doação	Baixas	2019
Instalações - IPAM	13.220	7.155	-	-	20.375
Veículos - IPAM	192.000	-	-	-	192.000
Total Custo	558.294	35.080	-	(67.437)	525.937
Movimentação de depreciação	Taxa de depreciação a.a.	2018	Adições	Doação	Baixas
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	(1.310)	-	-	(1.310)
Equipamentos de informática - IPAM	17%	(116.410)	(10.612)	-	44.971
Máquinas e equip. eletrônicos - IPAM	17%	(77.679)	(11.936)	-	13.304
Móveis e Utensílios	20%	(1.981)	(8.636)	-	(10.617)
Instalações - IPAM	20%	(275)	(1.941)	-	(2.216)
Veículos - IPAM	10%	(148.174)	(4.620)	-	(152.794)
Total Depreciação	(345.829)	(37.745)	-	58.275	(325.299)
Total sem restrição de uso	212.465	- 2.664	-	- 9.163	200.638

Bens de Projetos – com restrição de uso (*)

Movimentação de custo	2018	Adições	Doação	Baixas	2019
Edificações e prédios - projetos	30.004	-	-	-	30.004
Bens em Imobilização	-	1.339.075	-	-	1.339.075
Equipamentos de informática - projetos	489.649	75.780	(86.801)	-	478.628
Máquinas e equip. eletrônicos - projetos	381.124	7.828,11	(40.735)	-	348.217
Veículos projetos	253.400	-	-	-	253.400
Software projetos	69.176	-	-	-	69.176
Total Custo	1.223.353	1.422.683	-	(127.536)	2.518.500
Movimentação de depreciação	Taxa de depreciação a.a.	2018	Adições	Baixas	2019
Edificações e prédios - projetos	4%	(19.392)	(775)	-	(20.167)
Bens em Imobilização	0%	-	-	-	-
Equipamentos de informática - projetos	17%	(257.709)	(70.705)	-	(262.774)
Máquinas e equip. eletrônicos - projetos	17%	(197.120)	(51.055)	-	(213.629)
Veículos - projetos	10%	(170.454)	(15.204)	-	(185.658)
Software - projetos	50%	(69.176)	-	-	(69.176)
Total Depreciação	(713.851)	(137.739)	-	100.186	(751.404)
Total com restrição de uso	509.501	1.284.945	-	(27.350)	1.767.097

(*) Bens de projetos com restrição de uso - demonstra os bens adquiridos por meio de contratos para utilização exclusivamente na execução de projetos. Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora no ativo imobilizado é registrada em contrapartida à uma conta de provisão de perda no resultado, reconhecendo a execução do projeto. Existem previsões contratuais de alguns projetos que estabelecem que após o encerramento dos mesmos os bens adquiridos, através de seus recursos serão doados ou passarão a ser da Instituição, conforme explicado no item 3.9.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Salários, Férias e 13 a pagar	7.188	1.336
Provisão FGTS	62.678	67.587
Provisão INSS	199.787	169.278
Provisão PIS	7.835	10.253
Provisão Férias e encargos	783.475	1.103.008
Provisão Multa Rescisória	530.732	330.584
Pensão Alimentícia	-	2.065
Outros Encargos	195.282	580
Total	1.786.977	1.684.691

11. Receita a realizar

Descrição do projeto	2019	2018
EMBNOR CONSERV 2	2.184.845	452.077
NORAD OCF	1.853.847	783.476
MOORE CONSÓRCIO	1.390.953	-
MOORE FOGO	989.813	-
CLUA INVISÍVEIS	600.330	-
BNDES ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS	583.231	608.231
CLUA SEEG	497.742	-
GIZ PROTEJA E CNUC	372.224	-
FBDS NFS	344.310	-
ECOMETRICA FORESTS 2020/19	232.960	-
MOORE COALIZÃO	201.750	-
HUMANIZE CAPGESTÃO	184.181	-
TNC CFA 2	177.018	78.096
NORAD EII ATER	134.459	90.460
TNC MAPBIOMAS 4.0	79.998	-
HUMANIZE CURSO	50.789	-
ARAPYAU MAPBIOMAS 2019	48.840	-
ISA MAPBIOMAS RAISG	47.750	47.750
ISA MAPBIOMAS GUIANA	47.528	-
IDRC AGWIT	35.558	97.000
HUMANIZE CAPACITAR AMAZÔNIA	35.042	-
ICS ACI E DESTINAR	35.036	-
NORAD EDF	33.829	-
MAX PLANCK TFP 2	29.580	28.326
WHRC TANGURO	28.479	-
SEMA ACRE ZEE	14.953	15.855
AVINA SEEG	10.935	10.935
PDRSX 031/2013	10.742	10.742
EDF MATO GROSSO	9.113	72.075
ICV SEAF	8.798	-
PDRSX 026/2013	7.916	7.916
GIZ TRANSCERRADO	7.084	-
GIZ TCU	5.678	-
GIZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	620	-
WHRC INFIEWS - Ano 2	115	-
AVINA CADES IPS	-	84.841
CEPF - MAPEAMENTO DE COMUNIDADES INVISÍVEIS	-	92.650
EDF COP	-	10.296
EDF EQUAÇÃO	-	46.668
GIZ ECO MERCADOS VERDES	-	228.855
ILD COMUNIDADES RURAIS DO TAPAJÓS	-	57.626
MAPBIOMAS	-	356.928
MOORE PRÓ DESIGNAÇÃO	-	408.918
MOORE UC	-	208.316
MS CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO	-	500.000
RFN: DA CRIA AO BIFE	-	10.525
	10.296.046	4.308.562

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações

Financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Composto pelos valores recebidos financeiramente referentes aos projetos aprovados em contrato junto aos financiadores, deduzido das respectivas despesas do projeto executadas até a data do balanço.

Ao final de cada período são identificados saldos financeiros de projetos encerrados e que já tiveram as prestações de contas aprovadas. Para os saldos em que não há previsão de devolução, é feito o reconhecimento de ganho no resultado. Estas situações ocorrem principalmente por causa de variação cambial (é previsto um valor em Reais maior ou menor do que de fato é recebido), ou porque contratos podem ser encerrados antes do tempo previsto ou porque houve rendimento financeiro não utilizado pelo projeto.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

12. Captação e Execução de Recursos classificados por fonte de financiamento (em reais)

Descrição	Entidades Internacionais	Entidades Privadas Nacionais	Entidades Públicas Nacionais	Consultorias	Provisão De Ajuste Encerramento De Projetos	Total
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2018	3.671.153	1.147.957	5.354.406	2.447.698	-	12.621.214
Orçamento 2019	51.287.529	4.763.334	14.939	50.816	-	56.116.618
Recebimentos/Rendimentos	(18.370.281)	(3.390.901)	(2.973.544)	(1.585.801)	-	(26.320.527)
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2019	36.588.401	2.520.390	2.395.801	912.713	-	42.417.305
Saldo a executar em 31 de dezembro de 2018	6.304.280	1.795.706	5.520.076	2.267.096	-	15.887.158
Orçamento 2019	51.287.529	4.763.333	14.939	50.817	-	56.116.618
Execução 2019 (inclui ganhos/perdas com projetos)	(14.734.941)	(3.249.545)	(2.940.049)	(26.379)	-	(20.950.914)
Saldo a executar em 31 de dezembro de 2019	42.856.868	3.309.494	2.594.966	2.291.534	-	51.052.862

O quadro demonstra que em 2019 foram captados R\$ 56.116.618 em novos contratos para serem executados no primeiro ano de projeto. Houve execução de projetos no total de R\$ 20.950.914 e um saldo a executar orçado para os exercícios seguintes no valor de R\$ 51.052.862.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Processos judiciais e contingências

O Instituto não possui causas judiciais e processos administrativos em aberto perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

COFINS – A legislação do COFINS, desde sua alteração para não cumulatividade, tem sido questionada sobre a alíquota correta a ser aplicativa pelas entidades sem fins lucrativos. O Instituto, aplicando o princípio da prudência, passou a fazer uma reserva de contingência passiva, caso a análise solicitada a assessoria jurídica do IPAM fosse desfavorável a entidade, sendo provisionado referente 2018 o montante de R\$86.222. Em 2019 a Receita Federal publicou um novo regulamento do PIS e COFINS, a IN 1911/2019, que em seu artigo 23 dá uma nova interpretação ao artigo 14 da MP 2.158-35, determinando a não tributação pela COFINS de todas as receitas auferidas pela entidade decorrente das suas atividades. Diante dessa interpretação a provisão de contingência foi revertida.

14. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração incluindo salários, honorários e benefícios variáveis de curto prazo totalizou R\$ 747.196 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.397.234 em 2018).

15. Patrimônio social

O patrimônio social do IPAM é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits dos exercícios anteriores. O patrimônio social acumulado até 31 de dezembro de 2019 é superavitário no montante de R\$ 160.029 (déficit de R\$ 589.190 em 2018).

16. Receita com Taxa Administrativa

Contratualmente é destinado um percentual dos recursos de projetos para suprir o custo administrativo do Instituto, que varia de 7% a 20% do montante de custos diretos do projeto – o que representa 6,5% 16,67% do valor total do contrato. (ver nota 3.17 para mais detalhes).

	2019	2018
NORAD OCF	245.692	236.211
EMBNOR_CONSERV	146.946	58.626
PNUD GCF ESTADOS	119.915	-
RFN	117.847	128.897
MOORE TNC MAPBIOMAS	93.929	78.449
ECOMETRICA FORESTS 2020	82.925	96.225
GITEC KFW CAR	77.029	-
ICS ACI E DESTINAR	71.196	-
MAX PLANCK	60.866	58.856
ICV VALIDACAR	55.712	15.870
TNC CFA 2 Ano 1	49.367	57.934
CEBDS COALIZÃO	48.181	32.400
MOORE CONSÓRCIO	45.263	-
CEPF - MAPEAMENTO DE COMUNIDADES INVISÍVEIS	43.301	14.898
MFA CONSERV	41.264	-
CIAT PPA	40.602	-
IDL COMUNIDADES RURAIS DE TAPAJÓS	32.596	30.575
NORAD EII ATER	28.559	17.477
MOORE FOGO	27.777	-
WHRC INFIEWS	26.555	41.555

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
GEF CSF	22.417	-
NORAD EDF	22.316	18.767
USFS SIGEO	22.228	-
CLUA INVISÍVEIS	20.864	-
MOORE UC	19.747	37.205
GIZ PROTEJA E CNUC	19.719	-
CLUA SEEG	18.113	-
AVINA CADES IPS	16.322	-
HUMANIZE CURSO	16.215	-
HUMANIZE CAPGESTÃO	15.819	-
GIZ PCT MT	14.120	-
EDF COP	11.100	10.981
NEXGENMAP	1.145	21.653
GIZ ECO MERCADOS VERDES	-	277.715
MOORE PRÓ DESIGNAÇÃO	-	163.741
SEMA ACRE ZEE	-	79.947
BANCO MUNDIAL - PROFOR	-	71.144
PNUD BOLSA VERDE	-	49.600
INICIATIVA VERDE SAF	-	36.994
USAID FT - CONSÓRCIO AIME	-	33.053
GIZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	-	23.214
AVINA SEEG	-	20.640
CSF INFRAESTRUTURA	-	18.385
TNC MAPBIOMAS	-	14.086
GIZ MRS_MT	-	9.524
GIZ RONDÔNIA	-	8.087
GOOGLE TIDES -ACI	-	7.436
MOORE CFA WWF	-	185
DEMAIS ENTIDADES	34.070	39.292
	1.709.717	1.809.622

17. Despesas com salários e encargos sociais

	2019	2018
Salários e encargos	1.056.723	1.019.877
Capacitação	1.884	-
Exames /Medicamentos	242	130
Vale transporte	9.708	10.012
	1.068.557	1.030.019

Como parte do programa de redução de custos, houve, em 2019, tanto a redução dos custos com pessoal administrativo no 1º semestre como maior alocação em projetos para as pessoas envolvidas diretamente neles (caso da área de controladoria, compras e corpo diretivo). O aumento observado de 3,6% reflete um índice menor do que o aumentos dos salários e benefícios observados em 2019.

18. Consultorias e Serviços

	2019	2018
Serviços de informática	110.777	210.941
Serviços de auditoria	30.468	44.544
Serviços jurídicos	35.833	41.042
Outros serviços	-	-
	177.078	296.527

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018 o IPAM finalizou a implementação de seu novo sistema de gestão, o ERP SANKHYA, dispendendo mais recursos na categoria “Serviços de informática”, onde as horas de consultores técnicos para implementação foram consideravelmente maiores em comparação à 2019.

19. Despesas com Utilidades e Serviços

Descrição	2019	2018
Água	206	349
Energia	12.817	28.577
Internet	49.271	28.403
Seguros	10.822	6.060
Telefonia fixa	8.312	17.602
Telefonia móvel	16.990	81.423
Aluguéis	38.176	410.200
Gas - GLP	675	-
	137.269	572.614

Em 2019, ao contrário de 2018, o IPAM só teve alocado como custo institucional, as despesas dos escritórios de Belém e parte do de Brasília. Não houve gastos não recorrentes, como em 2018.

20. Despesas gerais

	2019	2018
Alimentação/lanches	1.091	5.842
Bens de Pequeno Valor	5.409	4.965
Serviços Cartoriais	2.680	125
Combustível/Lubrificantes	3.800	4.876
Confraternizações	6.906	2.000
Copa Cozinha Refeitório	13.419	427
Correios/malotes	6.851	4.551
Serviço Edição e Diagramação	15.750	4.330
Impressos / Livros	866	3.283
Material de Escritório	7.758	15.850
Material de Informática	140	286
Material de Limpeza	3.669	3.471
Material de Manutenção e Reparo	3.664	29.074
Multas Tributárias	4.523	-
Revistas e Publicações	159	8.675
Serviço de Entregas	1.754	1064
Serviços de terceiros PF	969	17.185
Serviços de terceiros PJ	246.400	196.458
Segurança	-	5.550
Outras despesas	3.125	30.942
	328.933	338.954

21. Ganhos/Perdas no encerramento dos projetos

	2019	2018
MS CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO	800.000	-
GEF CSF	86.082	-
MOORE UC ANO 3	70.146	-
USFS SIGEO	13.861	-
EDF EQUAÇÃO	12.771	-
NEXGENMAP	11.736	-
WHRC PROTEJA	9.613	-
TNC MAPBIOMAS 4.0	9.565	-

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
EDF COP	7.625	-
CEBDS COALIZÃO	3.538	70.706
WAYCARBON	2.065	-
WHRC TANGURO CBS (ADM WHRC)	1.741	-
AVINA CADES IPS	5	-
RFN: DA CRIA AO BIFE - ANO 2	0	-
MOORE PRÓ DESIGNAÇÃO	-1	-
EMBNOR CONSERV	-2.221	-
WHRC INFIEWS	-11.772	-117
ILD COMUNIDADES RURAIS DO TAPAJÓS	-16.187	-
ARAPYAU MAPBIOMAS	-1.883	
AVINA SEEG	-3.138	
BANCO MUNDIAL - FUNDEP ECONOMIC VALUTION	442	
BANCO MUNDIAL PROFOR	225.141	
CLUA CONSERV	-1.756	
CSF - INFRAESTRUTURA	65.555	
EDF ACRE	32.140	
GIZ ACRE	368	
GIZ ACRE CONFLITOS AGRÁRIOS	-934	
GIZ MRS_MT	-7.640	
GIZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	0	
GIZ RONDÔNIA	3.106	
GOOGLE TIDES - ACI	41.753	
IEB-CEPF CERRADO	-41	
ISA - ENCONTRO INDÍGENA	3.388	
MOORE CFA NWF	231	
MOORE CFA TNC	-1.202	
MOORE CFA WWF	8.581	
PNUD BOLSA VERDE	-3.689	
PROVISÃO PROJETOS (AJUSTES)	1.186	
Recurso de Consultorias	-26.030	
USAID FT - CONSÓRCIO AIME ANO 4	42.151	
USAID FT - CONSÓRCIO AIME ANO 5	2.056	
WHRC NSF NITROGENIO 0963	9.005	
	998.567	459.379

Eventuais ganhos ou perdas no encerramento de projetos consideram o valor apurado final relacionados a (i) ganho/perda cambial entre o montante recebido e executado, (ii) resultado financeiro líquido, contemplando a diferença (positiva ou negativa) entre receitas com aplicação de recursos financeiros e despesas financeiras, tais como tarifas e taxas, e/ou (iii) execução acima ou abaixo do orçado originalmente, e que contratualmente no encerramento do projeto deve ser suportado (quando perda) ou absorvido (quando ganho) pelo Instituto.

22. Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Instituição e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contratos e termos de cooperação. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitas somente transações com entidades de grande porte e baixo risco. Os limites de riscos individuais de credores são determinados com base em classificações internas de acordo com históricos de relacionamento.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

Risco de liquidez

O principal risco relacionado à liquidez refere-se ao monitoramento dos recursos recebidos antecipadamente e as suas utilizações na realização dos projetos. Essa liquidez é administrada por meio do monitoramento dos recursos e obrigações conforme demonstrados a seguir:

	2019	2018
Recursos vinculados a projetos (nota 5)	9.478.564	3.802.134
Contratos a receber (nota 6)	1.660.489	972.595
Contratos a executar (nota 11)	(10.296.046)	(4.238.539)
Exposição líquida	843.007	536.190

23. Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros do Instituto era composta por R\$ 500.000 para incêndios, raios, explosões, fumaça e quedas de aeronave; R\$ 60.000 para perda de lucro na Regional Brasília e R\$ 50.000 para as demais regionais; R\$4.000.000 para administradores, e para os veículos (próprios ou de projetos) no valor de mercados, além de danos materiais ou corporais (R\$ 50.000 cada).

24. Eventos subsequentes

Covid-19 – A ocorrência da pandemia fruto do Coronavírus (Covid-19), iniciada a partir do mês de março, está causando a paralisação das atividades de campo do IPAM e a virtualização do trabalho dos colaboradores, todos em home office desde o meio de março. Embora a execução de projetos esteja prejudicada e esperamos executar menos recursos do que o orçado inicialmente, nossos contratos continuam ativos e alguns doadores inclusive (i) permitiram aditivos de prazo e também permitiram maior flexibilidade no remanejamento orçamentário, não afetando receitas totais, mas impactando o ritmo de geração das mesmas.

* * *